

***Abertura do Ano Académico do
Instituto de Estudos Superiores Militares***

Intervenção do Primeiro-Ministro

Eng.º José Sócrates

17 -11- 2008

Senhor General Ramalho Eanes,
Senhor Ministro da Defesa Nacional,
Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior,
Senhor Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas,
Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do
Mar,
Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa,
Senhores Chefes de Estado Maior dos 3 Ramos,
Senhor Director do Instituto de Estudos Superiores Militares,
Senhores Almirantes,
Senhores Generais,
Membros das Forças Armadas,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Numa instituição de ensino a abertura do ano académico é sempre um momento de confraternização e de reforço dos laços de pertença à comunidade académica, mas é também uma oportunidade para fazer balanços e para perspectivar o futuro.

Na abertura do ano académico do Instituto de Estudos Superiores Militares, quero aproveitar esta ocasião para me associar naturalmente ao espírito de confraternização e de jubilo que é sempre o início do ano académico, mas também para vos falar, precisamente, do momento das Forças Armadas portuguesas e das responsabilidades que a todos cabem — Governo, militares, cidadãos — na resposta aos desafios e às exigências que enfrentamos. Esta é, julgo eu, a melhor forma de homenagear uma instituição como esta, que tantos serviços e tão distintos tem prestado às Forças Armadas e ao País.

Em Portugal, mas também na comunidade internacional e, particularmente, na União Europeia, o actual tempo das Forças Armadas nacionais é um tempo de mudança, um tempo de reavaliação do papel e funções das forças militares, um tempo de recomposição e um tempo de reforma.

Sem prejuízo do bom desempenho das missões clássicas das Forças Armadas no plano interno — missões de soberania, de defesa e de serviço público —, adquirem hoje especial relevo as missões internacionais que assumimos no quadro das organizações

internacionais de que somos parte. Portugal não pode, nem quer, beneficiar do sentimento e das garantias de segurança colectiva que nos são proporcionadas pela pertença a essas organizações, sem assumir como devemos, a plenitude da partilha dos deveres e das responsabilidades que essa mesma integração impõe.

É portanto, com base nesse conceito moderno e cooperativo de segurança que Portugal, as Forças Armadas portuguesas, estão ou estiveram recentemente em cenários de intervenção tão distintos como a Bósnia-Herzegovina, o Kosovo, o Afeganistão, o Líbano, a República Democrática do Congo, o Chade e a Guiné-Bissau. E continuam a estar presentes em missões internacionais de elevado risco, designadamente no Afeganistão e no Líbano. Ai estivemos a defender a Paz, a combater o terrorismo e portanto, a investir na nossa própria segurança.

Quero portanto, neste momento e antes de mais, reconhecer publicamente e dar o devido realce ao papel das Forças Armadas portuguesas e dos seus militares que, com elevada dedicação e sentido profissional, têm dignificado o nome de Portugal nas missões no exterior e nos têm conferido o estatuto de parceiro responsável e cooperante nos esforços de paz e de segurança internacionais. Quero prestar também a minha mais sentida homenagem a todos aqueles que ao longo destes anos deram a sua vida no cumprimento desta missão.

Nas últimas duas décadas produziram-se, de forma evidente, alterações significativas no ambiente estratégico internacional, motivadas não apenas pelas profundas transformações que abalaram o mapa político saído da II Guerra mundial, mas também decorrentes da emergência de novos protagonistas e de novas ameaças e riscos para a segurança internacional. Já disse, estes são tempos de mudança e que mudança!

Este conjunto de factores exige portanto novas respostas das organizações internacionais em que nos integramos e, conseqüentemente, lança sobre os seus membros novas e simultâneas responsabilidades e necessidades de reavaliação dos conceitos estratégicos e dos anteriores modelos de estruturação das forças armadas nacionais.

É hoje muito nítida e partilhada a convicção de que qualquer alteração à segurança internacional, mesmo que aparentemente longínqua, projecta conseqüências de peso na segurança e na vivência de cada um dos Estados da comunidade internacional.

Forças Armadas modernas são hoje forças orientadas menos para uma vocação de ocupação territorial e mais para uma capacidade de promoção de segurança noutros territórios; são forças cada vez mais bem equipadas e qualificadas, do ponto de vista técnico e do

ponto de vista humano, capazes de utilizar e desenvolver cabalmente todas as potencialidades das novas tecnologias; são forças tendencialmente mais pequenas, mas mais capazes de operar cooperativamente, seja entre os vários ramos, seja entre os vários países que são nossos parceiros e aliados.

Este ritmo elevado de profundas mudanças e de surgimento de novos desafios é incompatível com uma atitude passiva de manutenção de velhos hábitos, concepções, modelos e formas de organização. Como muitos outros dos nossos parceiros, necessitamos de adaptar as nossas Forças Armadas à nova realidade e aos novos padrões de exigência, seja no plano da doutrina, seja no plano da formação, dos equipamentos e das infra-estruturas.

Atravessamos, por isso mesmo, uma época em que temos muito que realizar, temos uma tarefa para desenvolver, mas onde temos de o saber fazer com recursos limitados e num contexto internacional de dificuldades económicas e financeiras como há muito não enfrentávamos.

É, por isso, um tempo de exigência, um tempo em que não temos margem de erro, em que não podemos repetir vícios do passado recente, em que não há lugar para a complacência e muito menos cedência face aos imobilismos e conservadorismos instalados.

Os portugueses sabem o que podem esperar deste Governo: a vontade de prosseguir o rumo e o programa apresentados, o de o fazer com o mesmo rigor, determinação e entusiasmo da primeira hora. Sabem também o que este Governo nunca fará: a tentação do facilitismo ou do abandono dos objectivos traçados em nome da popularidade fácil.

No domínio da Defesa Nacional, tal como em vários outros do nosso país, este é um tempo de modernização e reforma, um tempo que exige visão estratégica e planeamento, mas também um tempo que exige coragem e determinação para enfrentar as dificuldades e executar as mudanças necessárias.

Modernização, Qualificação, Reestruturação e Reforma — são esses os eixos centrais de um processo em que todo o Governo e especialmente o Ministério da Defesa Nacional estão empenhados e a que as Forças Armadas têm respondido com a eficácia, o espírito de missão e o sentido de responsabilidade e de serviço a que os Portugueses estão habituados e que delas esperam.

Modernização, nas concepções, no planeamento e na visão do futuro. Mas também modernização dos equipamentos e das infra-estruturas. Umas Forças Armadas modernas necessitam de investimento selectivo e de melhores equipamentos; de menos

instalações, mas melhores instalações; de menos efectivos, mas maior capacidade operacional.

Temos cumprido a um ritmo adequado a concretização dos programas definidos na Lei de Programação Militar, com o objectivo de dotar as Forças Armadas portuguesas dos equipamentos necessários ao desempenho das suas missões, procurando colocar-nos, e de igual modo nos três ramos, no mesmo patamar tecnológico dos nossos parceiros e aliados. Prosseguiremos com os diferentes programas de reequipamento e, em breve, será iniciado o processo de revisão da Lei de Programação Militar, a concluir em 2009.

Por outro lado, concretizando um anseio legítimo das Forças Armadas, há muito prometido por diversos Governos, mas só agora concretizado, aprovámos recentemente a Lei de Programação de Infra-Estruturas Militares. Trata-se de um programa que se inscreve numa visão estratégica de longo prazo e que é o maior e o mais ambicioso programa de investimento em infra-estruturas militares desde a fundação da democracia portuguesa. É ainda, o que importa realçar sobretudo nesta época de dificuldades financeiras conhecidas, um programa que se sustenta a si próprio.

Qualificação. Forças Armadas modernas necessitam também de menos efectivos, mas mais qualificados.

Numa instituição que assenta a sua identidade e a sua capacidade funcional em princípios e valores como a honra, o sentido do dever, a hierarquia, o profissionalismo, a disciplina, os recursos humanos são o capital fundamental.

Concluído com sucesso o processo de profissionalização, o desafio é agora o da qualificação de todos os que aceitam servir Portugal nas Forças Armadas.

No que respeita ao Ensino — e nesse domínio o Instituto que agora abre o seu ano académico, onde nos encontramos é um exemplo bem sucedido da racionalização, optimização e gestão de recursos adequadas ao novo modelo de Forças Armadas em que estamos empenhados —, no que respeita ao ensino, dizia, concretizámos a reforma do ensino superior militar, adaptámo-nos ao Processo de Bolonha, como aliás já foi dito pelo Senhor Director e adaptamos esse processo com a mesma estrutura, a mesma exigência e o mesmo valor que o ensino superior público, e harmonizámos também o modelo de formação dos oficiais dos três ramos.

No que respeita à formação e valorização profissionais, não posso deixar de realçar, como aliás já foi feito nesta sessão, o importante contributo das Forças Armadas no plano da valorização individual, mas também no da melhoria das qualificações profissionais daqueles que, cumprido o serviço militar, se inserem no mercado de trabalho com maiores competências. Com este Governo, as

qualificações adquiridas na sua passagem pelas fileiras passaram a ser reconhecidas e valorizadas no mercado de trabalho, nomeadamente através do Programa de Novas Oportunidades aplicado às Forças Armadas.

Reestruturação e Reforma.

Tendo em vista a implantação do novo modelo de organização da Defesa Nacional e das Forças Armadas, assumimos como prioridade a conclusão do correspondente processo de reestruturação e reforma. O seu rumo e o seu sentido estão definidos e prosseguiremos com determinação a sua realização. É um processo que concluiremos muito em breve e através do qual visamos três grandes objectivos: o reforço da capacidade de direcção político-estratégica do Ministério da Defesa Nacional; o reforço da capacidade de resposta operacional das Forças Armadas; a racionalização das estruturas para obter ganhos de eficiência e de eficácia.

Trata-se de uma reforma abrangente e complexa, já que implica a alteração de todo o edifício legislativo da Defesa Nacional e das Forças Armadas, incluindo a Lei de Defesa Nacional, a Lei Orgânica de Bases da Organização e Funcionamento das Forças Armadas e as diversas Leis Orgânicas. Com esse alcance e no seu conjunto, trata-se de uma verdadeira reforma de Estado, que, como reforma do Estado, deve assentar num consenso político alargado, mas que

o Governo assume integralmente no plano do respectivo impulso, iniciativa e definição estratégica.

Minhas Senhoras e meus Senhores

A prioridade que o Governo atribui à realização destes objectivos de modernização, qualificação, reestruturação e reforma está bem patente no reforço do investimento que o Estado português tem feito na Defesa Nacional e nas Forças Armadas.

Num momento em que as dificuldades resultantes da necessidade permanente de consolidação das contas públicas acresce a estas dificuldades, a conjuntura internacional difícil que atravessamos, esse esforço financeiro é bem o sinal do reconhecimento do elevado estatuto que o Governo e a comunidade atribuem às Forças Armadas.

Fruto de um planeamento orçamental e de uma execução financeira responsáveis e rigorosos, o Orçamento do Estado para 2009 consagrou um aumento de 1,2 para 1,3 do Produto Interno Bruto afecto à Defesa Nacional, um acréscimo que não se verificava há vários anos e que representa um esforço muito considerável da comunidade nacional para reforçar a segurança e a defesa de Portugal. Este é, de resto, um primeiro passo no sentido da convergência gradual dos investimentos na defesa, tomando como

referência a média do esforço dos países aliados e dos nossos parceiros europeus.

Esta convergência verifica-se e desenvolver-se-á, gradualmente, nas mais diversas áreas. Temos hoje militares mais qualificados e com melhores condições para aquisição de novas competências; temos umas Forças Armadas mais bem equipadas e tecnologicamente mais avançadas; caminhamos para dispor de um conjunto de melhores infra-estruturas, correspondentes às legítimas expectativas e adaptadas às novas necessidades.

O Governo está convencido de que estes esforços excepcionais permitirão assegurar a modernização das Forças Armadas e garantir que o Estado português disporá de todos os meios militares indispensáveis à defesa da sua soberania e à assunção responsável dos seus compromissos na comunidade internacional.

Concluído o processo legislativo, passaremos à fase decisiva do processo prático de concretização e desenvolvimento da reforma e reestruturação. Essas tarefas cabem, em grande medida, às próprias Forças Armadas. O Governo está, como sempre, atento a anseios e expectativas legítimas das Forças Armadas, reconhece a especificidade da sua função, e está consciente do muito que, mais uma vez, se pede aos militares, tal como aos restantes portugueses.

Mas estou plenamente confiante no cumprimento dessa missão, porque sei que ela se sustenta na vossa vontade, no espírito de servir e na consciência de que estamos irmanados nesse objectivo de interesse nacional que é a implantação de um modelo actualizado e racional de Defesa nacional e de organização das Forças Armadas portuguesas.

Ao longo destes últimos anos tive a oportunidade e a honra de conhecer de muito perto as Forças Armadas portuguesas, de tratar estreitamente com as Chefias, de contactar directamente as missões, e assim pude perceber, não apenas as suas preocupações e anseios, mas, também, ser impressivamente tocado pelo seu sentido de dever e vontade de servir, por um profissionalismo e abnegação acima de quaisquer dúvidas e que tanto prestígio e reconhecimento internacionais têm gerado para Portugal como tenho pessoalmente testemunhado.

É por isso que estou tão seguro de que o balanço e o programa de modernização de que aqui vos falei não são expressão de algo unilateralmente pensado e, muito menos, imposto pelo Governo, e quero deixar isso claro, ele resulta antes, de um projecto partilhado e integralmente assumido pelas Forças Armadas, porque ele é próprio do seu compromisso de bem servir, do seu anseio profundo de modernização e de progresso, da sua vontade de estar entre os melhores, da sua vontade de estar à altura dos novos tempos e da sua vontade de estar à altura das novas necessidades. E, deixem-

me dizer-vos, por uma outra razão, por amor à Pátria, por essa outra razão que os militares tão bem conhecem. Aquela razão que levou Camões a escrever "Esta é a ditosa Pátria, minha amada". Viva as Forças Armadas.